



## O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

José Aldaécio de Lima<sup>1</sup>

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)*  
*aldaeciolima@hotmail.com*

Co-autora: Maria da Paz Cavalcante<sup>2</sup>

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)*  
*mariapaz@uern.br*

### Introdução

Em consonância com as intensas transformações ocorridas na sociedade em escala não apenas nacional, mas internacional, a História, seja como ciência, seja como disciplina escolar, tem sido campo de profundas mudanças que altera, de forma significativa, tanto o modo de pesquisar quanto o de ensinar e aprender. Nesse cenário, Fonseca (2009) situa especificamente as últimas décadas do século XX como um período em que se torna mais forte o movimento de repensar a História, as metodologias, as linguagens, as fontes e as práticas de ensino.

Ao se debruçar sobre a trajetória do ensino de História nas escolas públicas brasileiras, é notável que, principalmente a partir dos anos finais do século XX, houve avanços significativos nas práticas de ensino da disciplina. Contudo, apesar desse reconhecimento, é comum ainda encontrar, em pleno século XXI, alguns temas e aspectos da História ensinada no chão das escolas que enfrentam dificuldades de se efetivarem conforme é estabelecido pelo currículo escolar e pelas diretrizes oficiais.

Um desses temas é o trabalho com a história local. De reconhecida relevância na formação histórica do aluno, ainda não se efetivou, no cotidiano escolar, como uma prática que viabilize, de fato, a compreensão dos aspectos relativos ao lugar e aos espaços de sua convivência interligados com o contexto geral. pois “quando se

---

<sup>1</sup> Aluno do Curso de Mestrado Acadêmico em Ensino (CMAE), do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus Avançado Prof<sup>ª</sup> Maria Elisa de Albuquerque Maia (CAMEAM)

<sup>2</sup> Professora Doutora adjunta do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus Avançado Prof<sup>ª</sup> Maria Elisa de Albuquerque Maia (CAMEAM)



trata das questões relativas à história do local com o global, muitas dificuldades, dúvidas e problemas permanecem” (FONSECA, 2009, p. 114)

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre o ensino de História local nas escolas públicas brasileiras, identificando as possibilidades e os desafios vivenciados no chão dessas escolas. Para tanto, a metodologia utilizada partiu de uma revisão de literatura com o aporte teórico de Fonseca (2009), Schmidt e Cainelli (2009), Samuel (1989), Zamboni (1993), Brodbeck (2012) e de documentos oficiais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB\96) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1997).

### **O estudo da história local frente às possibilidades e aos desafios do cotidiano**

Se considerarmos as diversas temáticas que envolvem o ensino de História nas escolas públicas brasileiras verifica-se que a incorporação nos currículos escolares do estudo da história local é recente e está diretamente ligada a presença de novas correntes historiográficas, como a Nova História, a Nova História Cultural e a Marxista, entre outras, que modificou substancialmente a forma de se pensar, estudar, pesquisar, ensinar e aprender História.

A partir dessa nova historiografia, novas correntes surgiram e com elas mudanças profundas foram efetivadas no campo da História que repercutiram diretamente na prática pedagógica de sala de aula. Foram introduzidas metodologias inovadoras, mudou-se o conceito e o tratamento dado às fontes históricas, o que ampliou significativamente tanto a sua quantidade quanto a variedade. Novas temáticas foram incorporadas e passaram a ganhar atenção dos historiadores como a vida cotidiana de homens comuns, grupos marginalizados, mulheres, crianças, negros, entre outros.

Nesse contexto de mudanças o ensino da história local ganhou espaço entre os conteúdos da disciplina e no contexto de sala de aula como uma estratégia capaz de ajudar na formação histórica do aluno. Nesse entendimento, o estudo da história local passa a ser concebido como o passo inicial no processo de aprendizagem histórica do aluno. Nas escolas públicas brasileiras a incorporação dessa temática visa possibilitar ao aluno a construção do conhecimento histórico a partir do estudo



da realidade em que ele se encontra inserido. Ou seja, conhecer os espaços e as relações sociais estabelecidas pelos grupos de convivência próxima no presente e no passado para estender esse conhecimento para outras realidades vivenciadas por outros grupos sociais localizados em tempos e espaços diferentes. Nessa perspectiva, o estudo da história local passa a ser concebido como uma estratégia pedagógica capaz de viabilizar a transposição didática do saber histórico para o saber escolar. De acordo com esse ponto de vista:

Trata-se de uma forma de abordar a aprendizagem, a construção e a compreensão do conhecimento histórico com proposições que podem ser articuladas com os interesses do aluno, suas aproximações cognitivas, suas experiências culturais e com a possibilidade de desenvolver atividades diretamente vinculadas à vida cotidiana. Como estratégia de aprendizagem, a história local pode garantir melhor apropriação do conhecimento histórico baseado em recortes selecionados do conteúdo, os quais serão interligados no conjunto do conhecimento (VAZQUEZ, 1994 APUD SCHMIDT e CAINELLI, 2009, p. 139).

Ainda de acordo com Schmidt e Cainelli (2009), o trabalho com a história local tanto pode facilitar a construção de problematizações, a apreensão da história da comunidade sob múltiplos olhares, a partir da consideração das vozes dos diferentes sujeitos, inclusive e principalmente as que foram e são silenciadas pela história dita oficial e institucionalizada como conhecimento histórico quanto “contribuir para que o aluno conheça e aprenda a valorizar o patrimônio histórico de sua localidade, de seu país e do mundo” (SCHMIDT e CAINELLI, 2009, p. 140).

Assim, diante do exposto é preciso compreender que a presença da história local como conteúdo do componente curricular de História, embora ainda se encontre restrito aos anos iniciais do Ensino Fundamental, faz parte de um processo de ruptura da forte presença do Positivismo na educação brasileira. Um dos fatores que fundamentam a abordagem dessa temática na disciplina de História está diretamente relacionado às novas produções historiográficas, como mostra o trecho abaixo:

Atualmente, na produção historiográfica, algumas obras indicam novo enfoque sobre a história local, motivado, principalmente, pelo interesse pela história social, ou seja, pela intenção de recuperar a história das sociedades como um todo, a história das pessoas comuns (SCHMIDT e CAINELLI, 2009, p. 137).

Sob esse olhar, o local se caracteriza como o espaço privilegiado em que se pode iniciar uma formação histórica respaldada por uma vivência entre pessoas comuns que, a partir de suas ações cotidianas estabelecem diferentes relações de convivências, conforme suas necessidades e interesses. No entanto, para que essa realidade seja de fato concretizada como uma oportunidade para se desenvolver no aluno a formação histórica, é preciso que ela seja levada para sala de aula e sirva de ponto de partida para um processo contínuo de reflexão, questionamento, discussão e problematização dos aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais.

Como se sabe, a história local como conteúdo de História é uma reivindicação da nova historiografia. Sendo um tema recente e ainda em processo de amadurecimento, sua efetiva implantação em sala de aula precisa levar em consideração algumas questões. Uma delas é apontada no enunciado abaixo:

Em primeiro lugar, é importante observar que uma realidade local não contém, em si mesma, a chave de sua própria explicação, pois os problemas culturais, políticos, econômicos e sociais de uma localidade explicam-se, também, pela relação com outras localidades, outros países e, até mesmo, por processos históricos mais amplos (SCHMIDT e CAINELLI, 2009, p. 138).

Isso nos leva a pensar que o trabalho com essa temática exige do professor um bom nível de formação na área para que seja capaz de conduzir as atividades de forma contextualizada. Em primeiro lugar precisa ter consciência de que não se pode estudar o local como um fim em si mesmo, sem que esteja interligado no tempo e no espaço com as dimensões regional, nacional e até mundial. Em segundo lugar é imprescindível que ele possua uma base teórica e metodológica consistente. Pois, sem essa base o máximo que ele conseguirá fazer é a pura e simples transmissão de informações vazias e desconexas, que certamente serão incapazes de possibilitar ao aluno uma compreensão histórica daquilo que lhe foi repassado.

No que se refere às atividades desenvolvidas em torno dessa temática, os Parâmetros Curriculares Nacionais de História (PCNs, 1997), documento norteador da prática pedagógica na educação do país, reforça a importância de se trabalhar esse conteúdo desde os primeiros anos de escolarização como estratégia



pedagógica para a formação histórica inicial do aluno. Nesse entendimento, o documento ressalta que:

[...] o ensino e a aprendizagem de História estão voltados, inicialmente, para atividades em que os alunos possam compreender as semelhanças e as diferenças, as permanências e as transformações no modo de vida social, cultural e econômico de sua localidade, no presente e no passado, mediante a leitura de diferentes obras humanas (PCNs, 1997, p. 49).

Conforme orienta os PCNs, a abordagem dessa temática nos anos iniciais se torna imprescindível no processo de formação da consciência histórica do aluno. Pois, a obtenção gradativa das noções de semelhanças e diferenças, permanências e transformações a partir do local mais próximo, ou seja, da sua comunidade, pode servir de referência para a compreensão da história nas dimensões regional, nacional e universal.

Diante do reconhecimento da contribuição que essa temática pode prestar no processo de formação histórica do aluno, é importante apresentar nesse trabalho algumas possibilidades que possam servir de referência e de sugestão para os professores de História que almejam melhorar sua prática docente e desenvolver um trabalho que atenda aos anseios e as necessidades do aluno no atual contexto em que está inserida a escola.

O trabalho com a história local deve acontecer em consonância com os princípios da educação histórica, que por sua vez visa à formação da consciência histórica dos alunos desde os primeiros anos de escolaridade. Para que isso aconteça de fato é preciso compreender que apesar da sala de aula ser um lugar privilegiado para a transmissão e produção do conhecimento histórico, ela não é o único. Dito isso, é imprescindível que o trabalho desenvolvido ultrapasse o espaço de sala de aula e os muros da escola e passe a considerar como espaço de formação diversos lugares que carregam em si um conjunto de possibilidades a serem exploradas em benefício de uma prática docente alinhada com os novos desafios postos pela sociedade contemporânea. Esse entendimento é reforçado pela citação abaixo quando diz que:

O meio no qual vivemos traz as marcas do presente e de tempos passados. Nele encontramos vestígios, monumentos, objetos, imagens de grande valor para a compreensão do imediato, do



próximo e do distante. O local e o cotidiano como locais de memória são constitutivos, ricos de possibilidades educativas, formativas (FONSECA, 2009, p. 117).

A partir desse entendimento fica evidente o quanto é possível usufruir dos diversos espaços de convivência no qual os alunos estão inseridos, como alternativas viáveis e enriquecedoras capazes prestar uma grande contribuição para que os alunos possam se situar historicamente no tempo e no espaço. Pois, como defende a literatura, se a história pode ser encontrada, estudada, interpretada e refletida nas cidades e nos campos, nos muros, nas esquinas e nas ruas, nas fazendas, nos parques e nas praças, nas casas e nos prédios, entre outros lugares, negligenciar essas possibilidades é no mínimo uma omissão que tira dos alunos a oportunidade de construir uma formação histórica consistente, crítica e autônoma.

Trabalhar a história local nessa perspectiva requer do professor um novo olhar sobre o ensino de História, suas metodologias, as diferentes fontes e linguagens e a construção do saber histórico. O fato de se encontrar nos espaços fora de sala de aula e da escola várias possibilidades de se trabalhar a história local não é por si só uma garantia de que eles sejam utilizados no fazer pedagógico do professor. É preciso que o professor identifique, reconheça e valorize esses lugares como potenciais a serem explorados a favor de uma aprendizagem inovadora. Esse tipo de trabalho já nos primeiros anos de escolarização vai ao encontro da necessidade e da finalidade do ensino de História de situar historicamente o aluno no seu tempo. Pois:

O objetivo fundamental da História no Ensino Fundamental é situar o aluno no momento histórico em que vive [...] O processo de construção da história da vida dos alunos, de suas relações sociais, situados em contextos mais amplos, contribui para situá-lo historicamente, em sua formação intelectual e social, a fim de que seu crescimento social e afetivo desenvolva-lhe o sentido de pertencer (ZAMBONI, 1993, p. 7).

Essa ideia reforça ainda mais a importância de se estudar a história local como estratégia para se promover uma formação histórica contextualizada. Não se pode imaginar que os alunos compreendam a História como um produto das ações humanas situadas num determinado tempo e espaço, sem que ele se veja como



participe dessa história, como agente que não apenas estuda, mas também produz história a partir de suas ações cotidianas. Essa noção só será possível se ele tiver a oportunidade de compreender a sua própria história inserida nos espaços e lugares de convivência próxima, intercalada e contextualizada no tempo presente e passado com outros espaços próximos e distantes.

Nesse caminhar, a partir dessas contextualizações pode-se favorecer outro aspecto a ser considerado de grande relevância para a formação histórica do aluno no estudo da história local que é a construção da sua identidade. A esse respeito, é preciso considerar que:

Ensinar e aprender a história local e do cotidiano é parte do processo de (re) construção das identidades individuais e coletivas, fundamental para que os sujeitos possam se situar, compreender e intervir no espaço local em que vivem como cidadãos críticos (FONSECA, 2009, p. 123).

A identidade como parte constitutiva do ser humano é algo que pode ser construída e reconstruída permanentemente. O processo de interação e comunicação entre os indivíduos e destes com o ambiente em que estão inseridos estabelecem relações de convivências que influenciam a construção tanto da identidade individual quanto a coletiva. Nesse sentido, sendo a escola um espaço fixo e permanente de convivência contínua que trabalha diariamente com alunos pertencentes a diferentes realidades, não se pode fechar os olhos e ignorar a identidade como uma dimensão inerente ao processo de formação histórica do aluno.

De acordo com Brodbeck (2012, p. 69), a construção da identidade do aluno pode ser desenvolvida em sala de aula a partir de atividades que resgatem a sua história pessoal e a do seu grupo de convívio. Para tanto, é imprescindível que se crie condições e situações que possam ajudar o aluno a refletir e a entender o lugar que ele ocupa nos diversos espaços de convivências e a desenvolver o sentimento de pertencimento. Nesse contexto, cabe à escola criar estratégias que possam ajudar o aluno a reconhecer, respeitar e valorizar tanto a sua identidade individual e coletiva quanto a do outro, fundamentado em um diálogo que pregue o respeito às diferenças. Afinal, “o ensinar e o aprender História não é algo externo, mas a ser



construído no diálogo, na experiência cotidiana, em um trabalho que valorize a diversidade e a complexidade de forma ativa e crítica” (FONSECA, 2009, p. 125).

Desse modo, o trabalho do professor em sala de aula com a história local deve ser permeado por um conjunto de atividades que possibilite ao aluno desenvolver alguns objetivos propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de História (PCNs, 1997) tais como: Identificar o próprio grupo de convívio e as relações que estabelecem com outros tempos e espaços; reconhecer mudanças e permanências nas vivências humanas, presentes na sua realidade e com outras comunidades, próximas ou distantes, no tempo e no espaço e questionar sua realidade, identificando alguns de seus problemas e refletindo sobre algumas de suas possíveis soluções.

O estabelecimento de tais objetivos se insere nesse novo cenário em que a disciplina de História passa a assumir a função de contribuir para a formação de um cidadão capaz de participar de forma crítica e consciente da sociedade da qual faz parte. Para tanto, parte do princípio de que a efetivação dessa formação passa necessariamente pela compreensão de alguns conceitos históricos e pelo desenvolvimento de algumas competências e habilidades inerentes ao tipo de formação que se almeja.

Desse modo, a proposição do objetivo de Identificar o próprio grupo de convívio e as relações que estabelecem com outros tempos e espaços, pretende-se fazer com que o aluno se reconheça enquanto membro de um determinado grupo social portador de características próprias que o particulariza em relação a outros grupos sociais. Ao mesmo tempo aponta a necessidade de poder situar seu grupo de convivência dentro de um contexto maior, compreendendo que na impossibilidade de se viver isoladamente, são construídas relações com outros grupos situados em tempos e espaços, às vezes próximos, às vezes distantes.

Nesse sentido, algumas atividades podem contribuir para alcançar os objetivos propostos, tais como fazer a árvore genealógica das famílias da comunidade; pesquisar quais foram às primeiras famílias da comunidade, suas origens, as contribuições, as dificuldades enfrentadas, os problemas existentes, como viviam; como eram organizados os espaços de convivências, os costumes, as festas, o lazer; organizar uma exposição fotográfica dessas famílias e da comunidade;



resgatar essa história através dos relatos de memória dos moradores mais antigos e produzir uma coletânea com esses relatos de memórias.

Em relação ao objetivo de reconhecer mudanças e permanências nas vivências humanas, presentes na sua realidade e com outras comunidades, próximas ou distantes, no tempo e no espaço, busca-se desenvolver no aluno a capacidade de compreender a história não como um processo linear e cronologicamente contínuo, mas repleto de avanços e retrocessos, rupturas e continuidades que dependendo do contexto pode assumir conotações positivas ou negativas para a comunidade e para as pessoas que nela estão inseridas. Pedagogicamente, algumas atividades podem ser desenvolvidas com tal finalidade, como entrevistas com pessoas mais velhas para saber com que propósitos algumas coisas permaneceram e outras mudaram, as consequências disso, quem se beneficiou e quem se prejudicou e como isso aconteceu; exposição fotográfica com imagens do passado e do presente; visitas à monumentos históricos e à museus; pesquisa documental a partir de documentos antigos para compreender determinados aspectos da época; pesquisar em matérias jornalísticas como alguns problemas eram abordados, se foram resolvidos e se foram, como foram; exposição com objetos antigos. .

O objetivo de que o aluno seja capaz de questionar sua realidade, identificando alguns de seus problemas e refletindo sobre algumas de suas possíveis soluções vai ao encontro de uma formação histórica crítica, reflexiva e transformadora. Para que isso aconteça é preciso que o ensino se desprenda da fórmula conteudista, tão marcada pelo repasse de informações relacionadas aos conteúdos selecionados pelo professor como relevantes para a formação do aluno, e focar em um trabalho que valorize não o volume de informações, mas a discussão, a reflexão e a problematização de temáticas ligadas a vida do aluno, fazendo uma ponte dos problemas encontrados na sua realidade próxima com a realidade distante. Isso é possível porque:

O local e o cotidiano da criança e do jovem constituem e são constitutivos de importantes dimensões do viver. Podem ser problematizados, tematizados e explorados no dia a dia da sala de aula, com criatividade, a partir de diferentes situações, fontes e linguagens (FONSECA, 2009, p. 125).



Para isso, o professor precisa buscar outras referências para se trabalhar além do livro didático e das já tradicionais fontes utilizadas como textos informativos, imagens e mapas. Sair do modelo ainda enraizado na maioria das escolas públicas brasileiras de se trabalhar atividades de perguntas e respostas. É preciso realizar com o aluno pesquisas de campo; aulas passeio; visitas à determinados lugares e espaços históricos; exposição fotográfica dos problemas encontrados na comunidade; produção textual a partir desses problemas; escrita de cartas direcionadas às autoridades cobrando soluções; pesquisar como esses problemas foram e são tratados por outras localidades; produção de peças teatrais enfatizando determinados problemas e situações recorrentes na comunidade; promover debates na sala de aula ou na escola para discutir algum problema específico; entrevistar as autoridades competentes sobre a existência de determinados problemas e as soluções possíveis; produzir uma coletânea de poesia sobre os problemas vivenciados pela comunidade; organizar palestras, mesas redondas e grupos de estudo com a parceria de profissionais de outras áreas para debater determinadas problemáticas.

Nessa linha de raciocínio, para finalizar a discussão desse ponto achamos oportuno trazer novamente Schmidt e Cainelli (2009) para apresentar, de forma resumida, os pontos centrais já contemplados no corpo do texto sobre as possibilidades de se trabalhar a história local como estratégia pedagógica de aprendizagem. Assim, considerando-se as possibilidades de atividades apontadas, o trabalho com a história local pode, segundo as autoras:

[...] produzir a inserção do aluno na comunidade da qual faz parte, criar a historicidade e a identidade dele. Ajudar a criar atitudes investigativas, criadas com base no cotidiano do aluno, além de ajuda-lo a refletir acerca do sentido da realidade social. Ajudar o aluno a analisar os diferentes níveis da realidade: econômico, político, social e cultural. Facilitar o estabelecimento de continuidades e diferenças com as evidências de mudanças, conflitos e permanências e ser instrumento idôneo para a construção de uma história mais plural, menos homogênea, que não silencie a multiplicidade de vozes dos diferentes sujeitos da História (SCHMIDT e CAINELLI, 2009, p. 139)

Assim, se por um lado o estudo da história local carrega em si um amplo e variado repertório de possibilidades que contribuirão para a formação histórica do aluno, por outro lado ainda enfrenta uma série de desafios que por vezes interfere



negativamente no fazer pedagógico do professor e conseqüentemente na qualidade da aprendizagem do aluno. Por se tratar de um tema novo e sem uma literatura vasta e abrangente, percebe-se, com base nas observações da rotina diária de sala de aula, na leitura de alguns autores que pesquisam a temática como Fonseca (2009), Schmidt e Cainelli (2009), e de alguns artigos, que o trabalho com essa temática apresenta uma série de dificuldades que serão discutidas no corpo desse trabalho não com a intenção de aprofundamento, pois não é objetivo deste artigo, mas de despertar para a necessidade de conhecer melhor o tema em estudo instigando o leitor a buscar em outros trabalhos subsídios que ajudem a compreender melhor o assunto.

Diante do exposto, Para entender melhor as dificuldades vivenciadas pelos professores no cotidiano escolar em torno dessa temática, é pertinente trazer a contribuição de Fonseca (2009), pesquisadora renomada na área de História que aponta, fundamentada em suas pesquisas, algumas dificuldades vivenciadas pelas escolas públicas brasileiras no que se refere à consolidação de um trabalho de qualidade com a história local. Para a autora, um dos principais motivos é:

A fragmentação rígida dos espaços e dos tempos estudados não possibilita que os alunos estabeleçam relações entre os vários níveis e dimensões históricas do tema. O bairro, a cidade, o Estado (Unidade da Federação onde se situa a escola) são vistos, muitas vezes, como unidades estanques, dissociados do resto do País ou do mundo (FONSECA, 2009, p. 118-119).

Nessa perspectiva, ao se trabalhar as dimensões tempo e espaços de forma isolada e desconectada dos demais tempos e espaços, perde-se a oportunidade de desenvolver no aluno a capacidade de entender as construções históricas como fios que se entrelaçam numa relação de permanente diálogo entre presente e passado. Outra dificuldade apontada pela autora diz respeito a:

Naturalização e ideologização da vida social e política da localidade. O homem aparece como elemento da população ou membro de uma comunidade abstrata. O conceito de comunidade, por exemplo, é amplamente utilizado, de forma que pode servir para mascarar a divisão social, a luta de classes e as relações de poder, dominação e resistências que permeiam os grupos locais (FONSECA, 2009, p. 119).



Isso acontece porque há, de fato, uma forte presença da ideologia dos grupos dominantes tanto no currículo e programas escolares quanto no livro didático que acaba influenciando as práticas de ensino. Em virtude disso, a forma como são abordados os conteúdos escolares, nesse caso específico da história local, acaba mostrando uma imagem superficial e distante da realidade do aluno. Essa prática esconde e negligencia aspectos relevantes que poderiam levar a uma verdadeira imagem e compreensão do seu espaço próximo de convivência. Comumente, o estudo da história local é marcado a partir de referenciais que enaltecem as datas comemorativas, sendo a emancipação política a principal delas, as festas cívicas e religiosas, os desfiles e a construção de obras como praças, ginásios e pontes, entre outras. A imagem do local é construída de tal maneira que a realidade é apresentada dentro de uma visão idealista, como se não existissem problemas relacionados à educação, à saúde, à segurança, ao meio ambiente, ao desemprego, ao uso de drogas, à prostituição infantil, à pobreza, à violência e a distribuição de rendas entre outros que figuram à tempos e insistentemente na maioria dos municípios brasileiros.

Além das dificuldades apontadas anteriormente, a autora ainda coloca como dificuldade:

O espaço reservado ao estudo dos chamados aspectos políticos. Ressaltam-se, por exemplo, temas recorrentes nos currículos oficiais de alguns municípios: “a origem e a evolução do município e do Estado”, “os vultos, pessoas que contribuíram para o progresso da cidade, da região”. Nesta perspectiva, o bairro, o município, o Estado ou a região têm um destino linear, evolutivo, pautado pela lógica dos vultos, de heróis, figuras políticas, pertencentes às elites locais ou regionais, que “fizeram o progresso” da região (FONSECA, 2009, p. 119).

Ao se trabalhar a história local nessa perspectiva, seguindo os princípios da historiografia positivista, reproduz-se a concepção tradicional de ensino, tão criticada e condenada pela historiografia moderna. O que acontece, de fato, é a reprodução de uma história factual e personalística, cujo foco está voltado para a descrição de alguns aspectos do município de ordem política como os nomes dos prefeitos que passaram pela gestão, alguns fatos políticos que marcaram a história do município, os símbolos, as construções, os órgãos e as instituições administrativas, sem que haja uma análise e problematização de outros aspectos tão importantes para a



história do município quanto o político, como o econômico, o social e o cultural, entre outros. Com esse tipo de ensino, nega-se ao aluno as condições necessárias para o desenvolvimento de uma consciência histórica crítica, autônoma e reflexiva, o que acaba comprometendo a sua formação histórica.

Dito isso, como alternativa para superar essa visão reprodutivista da história local, é necessário enfatizar junto aos aspectos políticos, e de forma crítica, reflexiva e questionadora, outros elementos representativos da história da comunidade como as memórias familiares, os diferentes tipos de trabalho e de produção, as migrações, as festas, a distribuição de renda e emprego, as lutas sociais, as relações de poder e outros que certamente apresentam indícios da realidade vivenciada pela comunidade. Por fim, a autora destaca que:

As fontes de estudo, os documentos disponíveis aos professores, em geral, são constituídos de dados, textos, encartes, materiais produzidos pelas prefeituras, órgãos administrativos locais, com o objetivo implícito ou explícito de difundir a imagem de grupos detentores do poder político e econômico. Assim, professores e alunos, muitas vezes, têm como fontes de estudo evidências que visam à preservação da memória de grupos da elite local (FONSECA, 2009, p. 119-120).

Tal ocorrência é, sem dúvida, um obstáculo que prejudica substancialmente a prática docente. O fato desses materiais serem produzidos pela prefeitura e pelos órgãos e departamentos legalmente constituídos carrega em si um forte teor ideológico que inviabiliza o estudo da comunidade a partir de uma visão objetiva. Esses materiais constituem importantes ferramentas cuja finalidade é repassar, de forma explícita e exagerada, uma imagem positiva da administração municipal que, na maioria das vezes não condiz com a real situação. Além disso, esses materiais pregam o culto a personalidades políticas municipais e deixam às margens da história as lutas, as ações, as reivindicações e as atividades das pessoas comuns que constrói individualmente a sua própria história e coletivamente a história do município ou da comunidade a qual fazem parte.

Com isso, fica evidente que a carência de materiais e fontes de estudo produzidos sobre a história local, é sem dúvida, um obstáculo que interfere negativamente no desenvolvimento de uma prática pedagógica pautada nos princípios de validade e confiabilidade dos dados e das informações obtidas. Pois, o



fato dessas informações serem “escritas por pessoas de diferentes segmentos sociais, não necessariamente historiadores [...] tem provocado várias críticas e até certo descaso pelos conteúdos da história local” (SCHMIDT e CAINELLI, 2009, p. 137).

Diante do exposto, percebe-se que as dificuldades apresentadas ainda são resquícios de um modelo de ensino de História tradicional que figurou por muito tempo nas escolas públicas brasileiras como um modelo ideal para a formação dos indivíduos e para a construção de uma sociedade melhor. Mas que, na verdade, estava o tempo todo a serviço de uma elite dominante que se apoderou da educação como um instrumento de manutenção e conservação de uma ideologia e de um modelo de sociedade que atendesse aos seus interesses e as suas necessidades.

## **Conclusão**

Como vimos ao longo do texto, as mudanças em curso que ora se efetiva no chão das escolas públicas brasileiras faz parte de um processo de renovação que teve início nos anos finais do século XX, cuja finalidade é superar as formas tradicionais de ensinar e aprender, tomando como referência a contribuição de várias ciências como a Pedagogia, a Psicologia, a Sociologia e a Linguística, entre outras.

No campo da História o surgimento e a consolidação de uma nova historiografia no final do século XIX e início do século XX, com ideias inovadoras como a Nova História, a Nova História Cultural e a Marxista, entre outras, em contraponto a com a historiografia positivista, repercutiu e influenciou de modo significativo a maneira de pensar, pesquisar, ensinar e aprender História.

Nesse contexto, a disciplina de História ganhou uma nova roupagem com uma ruptura lenta e gradativa das abordagens, dos objetivos, da função social, das metodologias, das fontes e linguagens, das temáticas, da avaliação e das atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela. Com a exigência da sociedade contemporânea globalizada e tecnológica de se formar cidadãos críticos, conscientes, autônomos e transformadores, coube à escola assumir esse papel.



No que compete à disciplina de História, pode-se dizer que a incorporação da história local como conteúdo curricular visa favorecer a formação histórica inicial do aluno mediante o entendimento da realidade próxima na dimensão temporal e espacial, como ponto de partida para situar-se historicamente, para construir a sua identidade individual e coletiva e para compreender que os seus espaços de convivências estão interligados no tempo e no espaço com outros contextos históricos próximos e distantes, sendo por eles influenciados.

Vimos que, embora o estudo da história local seja um tema novo na disciplina de História, as possibilidades de se trabalhar são muitas, se considerarmos a enorme variedade de fontes históricas que podem ser exploradas tanto no ambiente de sala de aula quanto fora dela. A riqueza de artefatos, objetos, monumentos, vestígios e documentos de natureza diversa podem contribuir de forma significativa no processo de formação histórica do aluno.

Contudo, verificamos também que, paralelo às possibilidades, existem muitos problemas que dificultam o trabalho do professor com esse tema. Entre esses problemas pode-se destacar a forma como esse conteúdo é abordado nos livros didáticos. Além disso, tanto a escassez de materiais voltados especificamente para a história da localidade como o forte teor subjetivo nos poucos materiais elaborados por grupos detentores do poder político local compromete a confiabilidade e a legitimidade das informações.

Portanto, pode-se concluir que o estudo da história local faz parte do pacote de mudanças promovidas pela nova historiografia que chegou nas escolas públicas brasileiras nos anos finais do século XX e, a considerar as possibilidades e os desafios elencados, certamente ainda vai precisar de um tempo acompanhado de outras mudanças para que seus objetivos sejam efetivamente assegurados no cotidiano escolar de forma sólida e eficaz.

## **Referências bibliográficas**

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.



BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia.** MEC\SEF, 1997

BRODBECK, Marta de Souza Lima. **Vivenciando a História: Metodologia do Ensino de História.** Curitiba: Base Editorial, 2012

FONSECA, Selva Guimarães. **Fazer e Ensinar História.** Belo Horizonte: Dimensão, 2009.

SAMUEL, R. História local e história oral. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, ANPUH, v. 9, nº19, p. 219-242.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLI, Marlene. **Ensinar História.** São Paulo: Scipione, 2009.

ZAMBONI, E. **O ensino de História e a construção da identidade.** História – série Argumento. São Paulo: SEE\SP, 1993.